



Interpelação Oral

Estourou, recentemente, a questão de qualidade nas fracções de habitação pública, nomeadamente, no Edifício do Lago, na Taipa, que começou a ser ocupado há menos de 5 anos, primeiro, com o desprendimento de tijolos nos corredores e, depois, com fendas no pavimento da garagem na cave. Este não é o único caso de habitação pública com problemas de qualidade. A falta de garantia da qualidade das obras públicas é criticada pela população desde há muito tempo, pois foram descobertos, sucessivamente, diversos problemas de qualidade nos edifícios de habitação pública, pouco depois de serem ocupados, por exemplo, o Edifício On Son e a habitação pública em Seac Pai Van, entre outros. Isto não só afecta gravemente a vida dos respectivos moradores, como danifica a imagem do Governo.

Constituindo as habitações públicas um projecto de obras importantes do Governo da RAEM, para além de a oferta ser uma questão com que se preocupa a população, a qualidade dessas fracções é igualmente muito importante. Como os preços dos imóveis de Macau se mantêm altos, os cidadãos que tiveram a sorte de “aceder” a uma habitação pública, pensavam, naturalmente, em ter finalmente uma casa onde iam poder viver em sossego, só que a realidade não é essa, pois tiveram de se deparar com diferentes problemas de qualidade, passando a levar uma vida amarga. Cada vez que se verifica um problema, as autoridades comprometem-se sempre a tratá-lo e a realizar obras de reparação, mas os resultados da “reparação” não passam de



uma “solução temporária”, e os problemas continuam a aguardar por uma solução radical. Nalguns casos, até se verifica um surgimento incessante de problemas, levando ao descontentamento dos moradores, que criticam a má fiscalização das obras por parte do Governo.

A supervisão das obras públicas é, sem dúvida, responsabilidade do Governo.

Assim, interpele sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou ter contratado uma empresa para controlar e fiscalizar os procedimentos de execução das obras e, se houvesse problemas, a empresa fiscalizadora e o empreiteiro eram penalizados, nos termos dos contratos. Mas registaram-se sucessivos problemas com a qualidade nas habitações públicas, o que demonstra a existência de problemas na execução e fiscalização das obras por parte do empreiteiro e da empresa fiscalizadora. Segundo vozes da sociedade, o prazo de 2 anos de garantia das obras, a cumprir pelo empreiteiro, é demasiado curto; e é ainda irracional, quando o empreiteiro pode deixar de assumir as devidas responsabilidades, após o prazo de garantia, mesmo tratando-se de problemas com a qualidade dos materiais utilizados e a execução das obras. Face a isto, de que medidas dispõe para imputar responsabilidades aos empreiteiros e às empresas fiscalizadoras? Vai estudar e aperfeiçoar os actuais contratos de concessão das obras de construção de habitação pública e o mecanismo de fiscalização?



2. Segundo os residentes das habitações públicas, o Governo tem vindo a acompanhar a reparação das mesmas, mas raramente dialoga com eles. Esperam então que o Governo proceda a investigações e lhes explique a fonte do problema da qualidade das obras, mas, até ao momento, não houve *feedback*, visto que o Governo apenas adopta medidas paliativas consoante as situações que enfrenta, levando-os a preocupar-se com a não resolução pela raiz do problema da qualidade. Qual é a sua opinião sobre isso? Vai aperfeiçoar os mecanismos de diálogo e comunicação com os residentes, por forma a dissipar as suas dúvidas?

3. O Governo manifestou que a má qualidade das obras públicas se deve parcialmente à insuficiência de fiscalização por falta de recursos humanos no governo. Face ao exposto, de que medidas dispõe para reforçar a formação de pessoal qualificado, por forma a reforçar a fiscalização da qualidade das habitações públicas, para que esta atinja os respectivos padrões de qualidade?

31 de Outubro de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Leong On Kei